



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.832, DE 2021

(Do Sr. Lucio Mosquini)

Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos cuidadores familiares e profissionais de pessoas com deficiência intelectual ou com doença debilitante grave como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-1371/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. LUCIO MOSQUINI)

Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos cuidadores familiares e profissionais de pessoas com deficiência intelectual ou com doença debilitante grave como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“Art. 13.

.....

.

§ 1º-A. Os cuidadores familiares e profissionais de pessoas com deficiência intelectual ou com doença debilitante grave, nos termos de regulamento, deverão ser incluídos como grupo prioritário para a vacinação no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, mediante apresentação de documento médico que ateste essa condição.

.....

” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As pessoas com deficiência intelectual ou com doença debilitante grave encontram dificuldades para desempenhar as atividades da rotina diária. Por isso, podem vir a necessitar de assistência constante, que é





exercida, geralmente, por um cuidador (familiar ou profissional). Essa assistência pode envolver tanto uma rotina de auxílio em questões de higiene e alimentação, como também a participação em atividades que garantam a manutenção da saúde do assistido, como a presença em consultas e sessões com profissionais de saúde e, até mesmo, o acompanhamento em internações hospitalares.

No entanto, com a circulação descontrolada do vírus causador da Covid-19 no Brasil, essa rotina de acompanhamento, que, muitas vezes, envolve estabelecimentos de saúde, tornou-se arriscada. Os cuidadores (familiares ou profissionais) passaram a se expor à contaminação de forma mais intensa do que a população em geral. Ousamos dizer que o risco a que essas pessoas podem vir a se expor é comparável ao enfrentado por profissionais de saúde. A importância da sua atividade também não pode ser menosprezada. Sem os cuidadores, as barreiras a que os assistidos se submetem diariamente tornam-se ainda mais impeditivas.

Sabemos que o Ministério da Saúde, no exercício de sua competência, preparou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19, que já foi reeditado inúmeras vezes¹. Neste Plano há diversas diretrizes para a imunização, inclusive a designação de grupos para a vacinação prioritária, com base em critérios como preexistência de comorbidades, função exercida na sociedade, entre outros.

Todavia, infelizmente, os cuidadores (familiares e profissionais) de pessoas com deficiência intelectual ou com doença debilitante grave não foram incluídos como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19. Dessa forma, uma esposa cuidadora de um paciente com Alzheimer, por exemplo, responsável pelo bem-estar desse indivíduo, não será imunizada prioritariamente. Caso venha a faltar, temporariamente, em razão do adoecimento, ou permanentemente, na ocorrência de óbito por esse vírus mortal, o sujeito assistido poderá ficar sem apoio para lidar com as barreiras

¹ https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/04/6a-Edic%C3%A7%C3%A3o-Plano-Vacinac%C3%A7%C3%A3o-contra-Covid_V5_27abr-21.pdf





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Lucio Mosquini

que lhes são impostas pela sociedade. Isso pode significar a condenação dessa pessoa ao isolamento e até à morte.

Diante da importância da questão abordada nesta Proposição, pedimos aos Nobres Pares que se sensibilizem quanto a esta causa e apoiem a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2021.

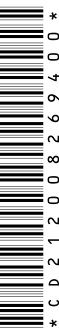
Deputado LUCIO MOSQUINI

Apresentação: 18/05/2021 09:17 - Mesa

PL n.1832/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212008269400>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 14.124, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 13. A aplicação das vacinas contra a covid-19 deverá observar o previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, ou naquele que vier a substituí-lo.

§ 1º O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, de que trata o caput deste artigo, é o elaborado, atualizado e coordenado pelo Ministério da Saúde, disponível em sítio oficial na internet.

§ 2º A aplicação das vacinas de que trata o caput deste artigo somente ocorrerá após a autorização excepcional de importação, ou a autorização temporária de uso emergencial, ou o registro sanitário de vacinas concedidos pela Anvisa.

§ 3º Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal ficam autorizados a adquirir, a distribuir e a aplicar as vacinas contra a covid-19 registradas, autorizadas para uso emergencial ou autorizadas excepcionalmente para importação, nos termos do art. 16 desta Lei, caso a União não realize as aquisições e a distribuição tempestiva de doses suficientes para a vacinação dos grupos previstos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

Art. 14. A administração pública disponibilizará em sítio oficial na internet informações atualizadas a respeito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e de sua execução, que deverão conter, no mínimo:

I - a relação do quantitativo de vacinas adquiridas, com indicação:

- a) do laboratório de origem;
 - b) dos custos despendidos;
 - c) dos grupos elegíveis; e
 - d) da região onde ocorreu ou ocorrerá a imunização; e
-
-

FIM DO DOCUMENTO